



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DAS OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

5+1

Plano de redução de custos portuários

- O Governo tem como objetivo implementar um plano com vista a reduzir os custos portuários, aumentar a competitividade dos portos nacionais e as exportações;
- É urgente passar este ganho para a economia, descendo a fatura portuária para as empresas, e criar alternativas para a produção nacional.

A Espanha é responsável por 25% das exportações portuguesas.

No primeiro semestre deste ano, as exportações para Espanha caíram 344 milhões de euros.

O objetivo principal do plano 5+1 é reduzir os custos no sector portuário em 25% a 30% e, simultaneamente, acelerar o processo para responder à crise espanhola criando alternativas para a Espanha e aumentar a competitividade das exportações nacionais;

Na elaboração e implementação do plano 5+1 é feita uma aproximação do trabalho portuário ao Código de Trabalho, tal como definido no memorando de entendimento assinado com a troika;

Todos vão contribuir para a redução da fatura portuária:

- a) **O Estado**, que reduz taxas e adota um novo modelo de governação;
- b) **Os operadores**, que passam a ter contratos de nova geração fixados por objetivos e a ter o mercado aberto a novos operadores através de novas áreas de concessão;
- c) **O mercado de trabalho**, que passa a ser abrangido por uma nova lei do trabalho portuário, mais próxima do código de trabalho

O plano 5+1 prevê a implementação das seguintes medidas:

1. Contratos de nova geração;
2. Governança dos Portos;
3. Abertura do mercado de trabalho;
4. Mais intermodalidade;
5. Novos operadores ;
- +1. Redução das taxas acessórias do Estado .

Medida 1

Descrição

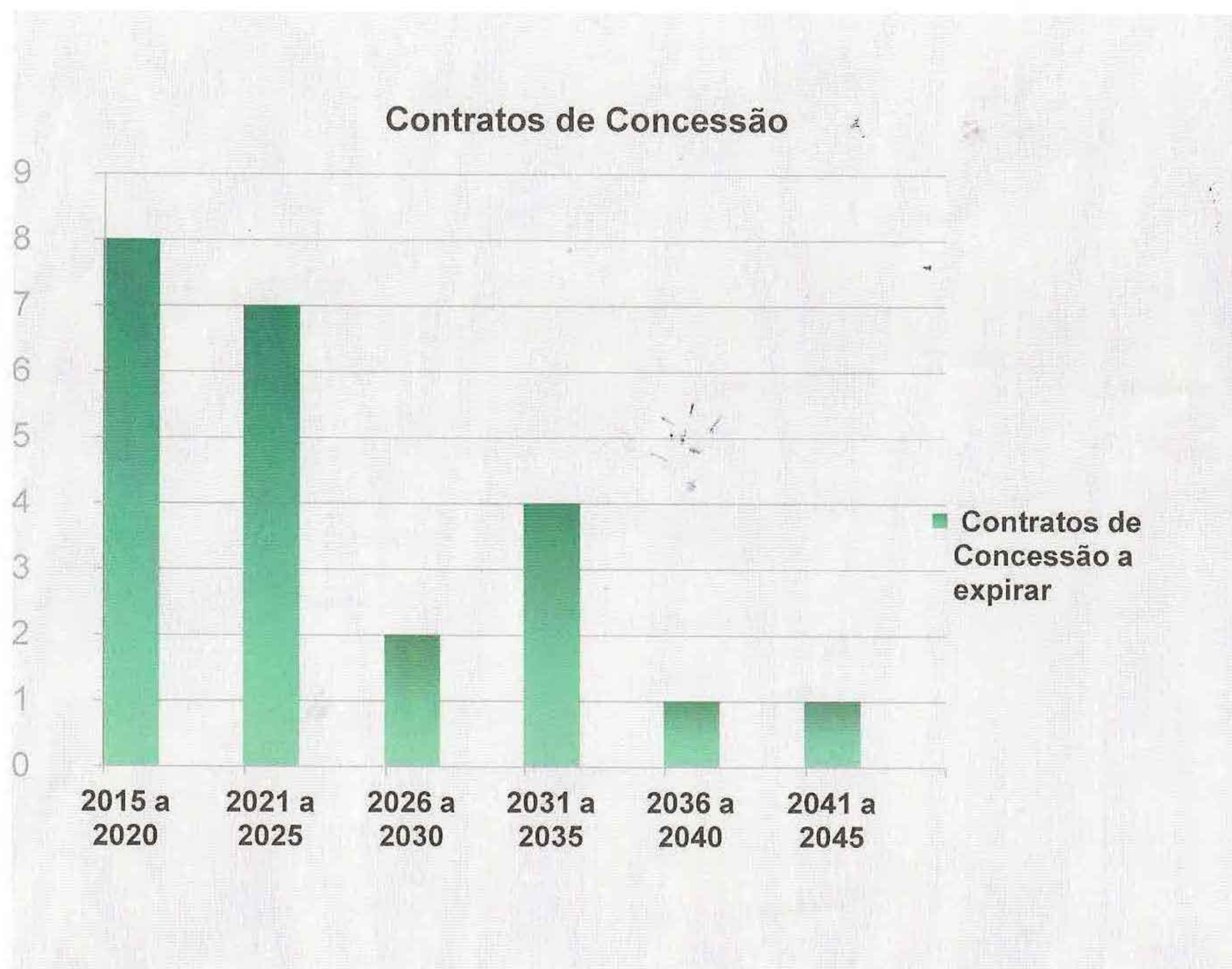
Contratos
de nova
geração

É urgente que os Contratos de Concessão:

- Induzam a máxima utilização e rendibilidade do terminal e não o máximo de rendimento da Administração Portuária;
- Contenham obrigações de resultado quanto ao desempenho do terminal durante o período da concessão;
- Prevejam incentivos positivos e negativos que potenciem o desempenho pretendido: obrigações de reporte, remuneração variável, garantias e sanções contratuais;
- Sejam adjudicados em concursos com critérios objetivos que potenciem a futura máxima atividade do terminal e não a maximização do rendimento da Administração Portuária ou do explorador do terminal;
- Contemplem a assunção pelos concessionários do risco operacional, não sendo à partida garantida integralmente a recuperação do investimento efetuado e dos custos incorridos na construção ou operação que fazem parte da concessão.

Avaliar e rever, sempre que tal se justifique e por acordo, os contratos de concessão existentes, tendo em vista a redução do custo da movimentação das cargas, quer na exportação, quer na importação.

Contratos
de nova
geração



Medida 2

Descrição

Governança dos Portos

- Os portos comerciais portugueses compõem essencialmente um único negócio à escala nacional e só de forma agregada conseguem ter um alcance internacional, formando uma única marca e uma única oferta;
- Os vários portos não têm interesses conflitantes entre si - a **oferta dos portos portugueses** é variada, olhando ao conjunto dos portos, mas limitada, se virmos cada porto individualmente;
- A atividade de administração portuária que incumbe ao Estado deve ser uniformizada em todos os portos, quer ao nível de regimes aplicáveis, quer ao nível de tarefas e operações materiais a executar;

Deve haver uma política comercial competitiva e comum

- O sector portuário deve explorar a totalidade do seu potencial agregado, devendo ficar definidas as tarefas de coordenação, planeamento e assessoria;
- Cada administração portuária conservará em si graus de autonomia para assegurar a melhor gestão corrente, evitando-se a centralização da gestão.

Medida 3

Descrição

Abertura do mercado de trabalho

Menor concentração do trabalho:

- Será reduzido o número de horas de trabalho extraordinário nos portos portugueses, para não sobrecarregar o trabalho num reduzido conjunto de trabalhadores e aumentar a empregabilidade no sector.
- Na operação portuária passa a poder celebrar-se contratos de trabalho intermitente e de curta duração, com limites de renovação mais flexíveis.

Formação profissional e segurança no trabalho:

- Maior investimento em formação profissional do sector.
- Melhores condições de trabalho e maior segurança no local de trabalho.

Redefinição do âmbito do trabalho portuário:

- Algumas das atividades atualmente acessíveis apenas aos trabalhadores portuários poderão ser realizadas por outros trabalhadores.
- Aproximação ao código de trabalho.

Medida 4

Descrição

**Mais
intermodal
idade**

- Consolidação da integração do Sistema Portuário Comercial no sistema global de logística e transportes, em particular na Rede Transeuropeia de Transportes e nas cadeias logísticas da fachada atlântica;
- Simplificação de procedimentos, integração modal de fluxos informacionais e melhoria da infoestrutura no âmbito do setor marítimo e portuário;
- Promoção do Transporte Marítimo de Curta Distância e das Autoestradas do Mar;
- Integração do planeamento portuário no Regime Jurídico dos Instrumentos de Ordenamento do Território;
- Os Planos Estratégicos dos Portos deverão ser revistos e/ou atualizados.

Cerca de um terço das mercadorias exportadas saíram do país por via marítima, o que corresponde a 11,5 mil milhões de euros

No tráfego internacional os portos são responsáveis pelo escoamento de cerca de 80% dos bens exportados

O peso das exportações na riqueza nacional atinge os 31%.

Medida 5

Descrição

Novos Operadores

- Aumento da quota modal do transporte marítimo no comércio externo nacional;
- Alargamento do *hinterland* do Sistema Portuário Comercial do Continente na Península Ibérica;
- Otimização da capacidade disponível e promoção das infraestruturas portuárias;
- Aumento de competitividade do Sistema Portuário Comercial do Continente;
- A racionalização dos custos das Administrações Portuárias permite a redução dos tarifários, estimula a competitividade dos portos e potencia uma maior atratividade para os investidores;
- Lançamento de novas concessões e melhoria da atratividade dos portos portugueses, com vocação adequada, para o reforço da captação dos fluxos turísticos internacionais.

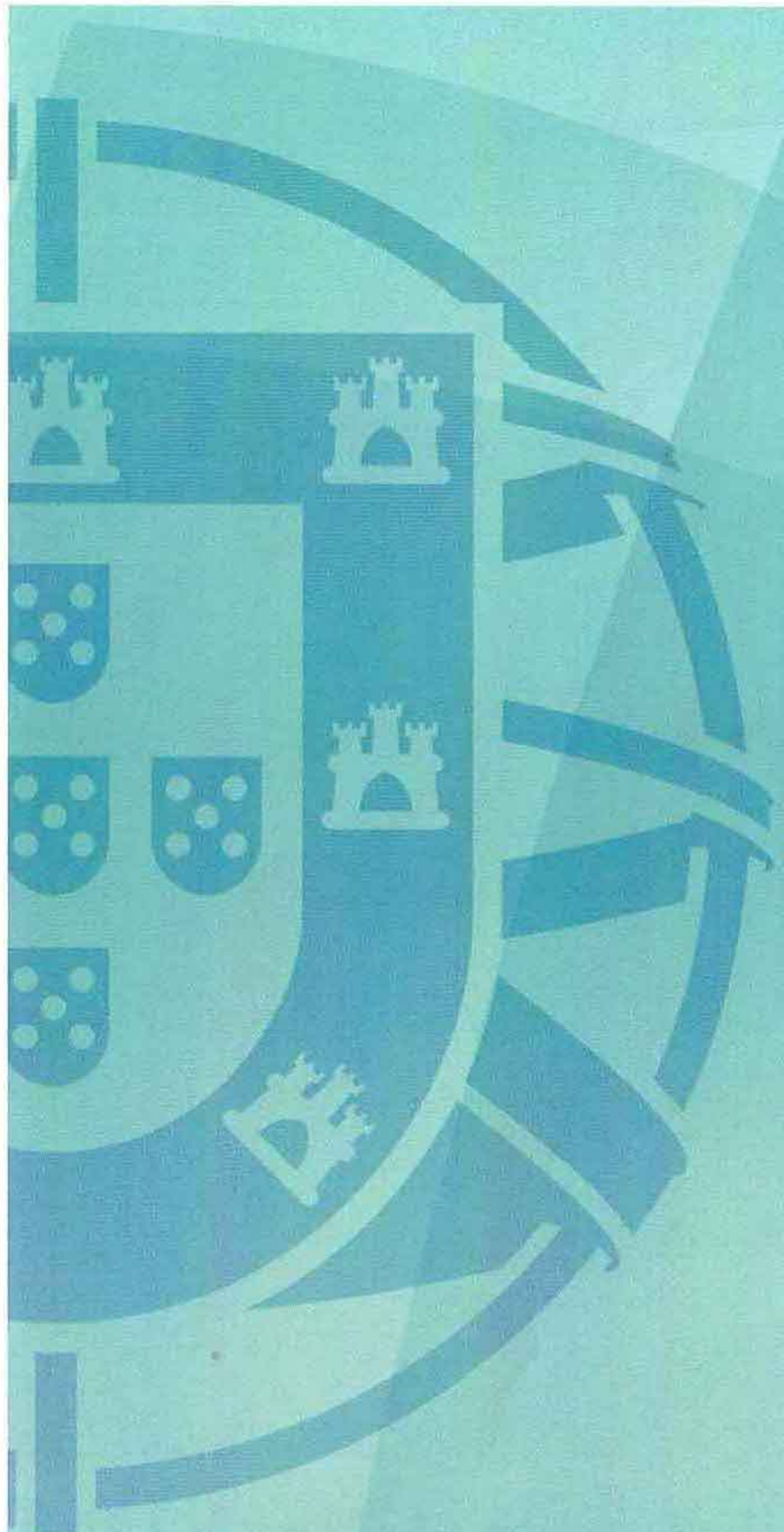
Medida +1

Descrição

Redução das taxas acessórias do Estado

O atual regime tarifário global imposto aos clientes dos portos:

- Foi pensado para um ambiente menos competitivo - não tem em atenção o facto de se onerar a fatura portuária ao ponto de os portos portugueses ficarem comparativamente mais caros;
- Procura assegurar a remuneração pública dos portos, em detrimento de incentivar o seu papel de instrumento de crescimento económico global;
- Prevê uma sobreposição de taxas portuárias com os preços praticados pelos operadores privados de terminais (TUP Carga, por exemplo);
- Não prevê um *price-cap* para o conjunto de taxas específicas cobradas aos clientes dos portos por diversos serviços públicos.



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETÁRIO DE ESTADO
DAS OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES